

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

DOM PEDRO II E A REPÚBLICA

Petrópolis
1970

A republicanização da França e seu reflexo no Brasil marcariam o ano de 1870 como um ano de crise nas instituições monárquicas, conforme observou Joaquim Nabuco no seu grande livro *Um Estadista do Império*¹. 1870 começa com os últimos tiros da Guerra do Paraguai e termina com a publicação do Manifesto Republicano, como um toque de reunir de todos os descontentes para a derrubada da Monarquia. Não era propriamente um partido, com idéias definidas, que se formava, mas um movimento sem dogmatismo nem sectarismo, até mesmo sem limitações de natureza ética, aceitando as mais estranhas alianças eleitorais, desde que assegurassem a presença de deputados republicanos nas assembleias provinciais ou no Parlamento imperial. Afinal de contas, o ideal republicano não era privilégio de ninguém, num país onde o imperador se confessava republicano. É, pelo menos, o que registra André Rebouças no seu *Diário*, reproduzindo palavras de d. Pedro II: “Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta, proclamava a República para ter glórias de Washington... Somente sacrificava o Brasil à minha vaidade... porque as pequenas províncias não têm pessoal para a federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação”².

Não seria esta a primeira nem a última confidência acerca do seu espírito republicano. Em nota do seu diário do ano de 1861, no vigor dos 36 anos, confessava-se um desencantado do trono, declarando que preferia, como ocupação política, a de presidente da República ou ministro de Estado. Anos depois, em carta a Alexandre Herculano, reconhece que “o melhor sistema para o Brasil deveria ser uma república de presidente hereditário”. Mais surpreendente ainda será a sua atitude, no crepúsculo da Monarquia, diante da proposição de José Antônio Saraiva, convidado para organizar o

gabinete liberal, após a queda dos conservadores abolicionistas liderados por João Alfredo. A ser verdadeiro o testemunho de Salvador de Mendonça, no episódio que ouvira do próprio Saraiva, o imperador estaria disposto a acatar a mudança do regime, a República proclamada pelo Parlamento, desde que este fosse convocado com poderes constituintes, e perante o qual d. Pedro II abdicaria todos os seus direitos majestáticos. “Dou-lhe carta branca”, apoiara o imperador. Mas Saraiva desistiu de organizar o gabinete. E o visconde de Ouro Preto assumiu o encargo, colocando-se à frente do derradeiro ministério da monarquia.

A mesma disposição parecia ser a de toda a família imperial, nos últimos tempos, sobretudo depois de declarada extinta a escravidão no país. O conde d’Eu manifestaria o mesmo pensamento na sua excursão ao nordeste e ao norte, discursando no Recife, ao afirmar que a Monarquia não seria nunca um empecilho para as aspirações do povo brasileiro, acrescentando em Manaus que não tinha qualquer interesse próprio ou ambição particular. Desde que se convencesse de que a nação desejava dispensar os seus serviços a família imperial seria a primeira a não pôr obstáculos à vontade nacional, concorrendo até para a transformação “que mais consentânea fosse aos interesses do país”. A princesa Isabel, herdeira do trono, repetirá a mesma coisa, a caminho do exílio, nas conversas a bordo do *Parnaíba*, reunidas no precioso manuscrito incorporado ao acervo do arquivo do Museu Imperial. Confessou então que havia muito não mais acreditava na possibilidade da manutenção da Monarquia, esperando que a nação fosse elegendo cada vez mais deputados republicanos, e “estes, sendo a maioria, nós nos retiráramos”³.

Cotegipe admitiria, em 1883, a competência da Câmara dos Deputados de votar a mudança do regime político, apoiando um discurso de Ouro Preto nesse sentido, ao que o líder mineiro respondeu: “A Câmara atual não, mas uma outra que haja recebido poderes para tal fim certamente que o poderá fazer”. Em 1889, no instante da penúltima grande crise, as dúvidas de d. Pedro II oscilavam na questão da federação (“as pequenas províncias não têm pessoal para a federação”, conforme segredara a Rebouças) ou ainda nas questões suscitadas pela abolição. Em meados de 1888, com o imperador ausente, irremediavelmente doente, falava-se em abdicção ou na continuação indefinida da regência da princesa Isabel. João Alfredo era minoria no partido conservador. A dissidência

escravocrata bandeava-se para as fileiras republicanas. Os liberais estavam por igual divididos pelo cisma da federação. Ao retornar da Europa, em meio a apoteótica manifestação de toda a Corte, inclusive dos cadetes da Escola Militar – “recepção maior ainda, penso, escrevia o conde d’Eu ao pai, do que nas chegadas anteriores” –, o prestígio do velho monarca como que voltou a brilhar. Embora cansado e desiludido, mostrava-se preocupado com as conseqüências políticas da abolição sem indenização. “O instinto lhe dizia que a propriedade territorial era a sua força e a eleição direta a sua garantia”, na observação atilada de Joaquim Nabuco ⁴. De fato, o imperador não gostava que lhe falassem da Lei Áurea. E só uma única vez, parece, ao chegar, avançaria um comentário, por sinal uma nota de desaprovação à filha, pelo modo como fora decretada a abolição: “Se estivesse aqui, talvez não se fizesse o que se fez” ⁵.

Segundo Rebouças, d. Pedro II estaria intimamente convencido de que a abolição do latifúndio seria o complemento indispensável da abolição do escravo. Mas como realizar a grande reforma? Para os republicanos, concentrados em clubes nas grandes províncias do centro-sul, atingidas em cheio pelo impacto do abolicionismo, o latifúndio era intocável. Era onde e quando se uniam republicanos e conservadores escravocratas. Este o ponto fundamental: abolição/latifúndio, em torno do qual se desenvolve o processo histórico da crise constitucional. A questão servil não tardaria, em verdade, a acentuar as divergências do grupo de bacharéis que havia promovido a publicação do manifesto de 1870, remanescentes da ala radical do partido liberal, cujo programa, no ano anterior, indicava como alternativa ou a reforma ou a revolução. Reforma, é preciso que se note, de cima para baixo, das cúpulas partidárias e não das bases em que se firmava o sistema escravocrata imperial. Os republicanos seguiriam pelo mesmo caminho, optando pela reforma. Em vez da palavra revolução, sem dúvida perigosa, preferiam empregar prudentemente a palavra evolução. Nada de agitações, comícios, motins populares, como os ocorridos na França, por ocasião da derrubada de Napoleão III. Daí o tom do manifesto redigido por Quintino Bocaiúva, cheio de cautelas e *panos quentes*, passando por cima do ponto fundamental: abolição/latifúndio. Silêncio completo e absoluto sobre a liberdade, mesmo gradual, dos escravos. Dava contudo toda a ênfase possível à liberdade das províncias.

Os nossos republicanos vinham para esclarecer, não para convulsionar, preveniam eles, como que muito ciosos de uma posição

que nada tinha de subversiva, temerosos de que fossem identificados, àquela altura, com os *communards*. Paris, a capital do mundo, do nosso mundo, não tardará a incendiar-se depois da proclamação da terceira República francesa. Era preciso, pois, sem a menor dúvida, tranqüilizar o Rio de Janeiro, pacato e ordeiro, sede de uma Monarquia ronceira e burocrática, que comemorava o fim da Guerra do Paraguai e assistia jubilosa à primeira representação de *O Guarani*, de Carlos Gomes, em palcos brasileiros. O estilo do manifesto pouco difere do estilo da ópera. É um estilo à Gambetta, francês de ascendência italiana, diga-se de passagem. De um Gambetta ainda indeciso se devia ou não estabelecer a aliança com os conservadores, mas disposto a repelir qualquer entendimento com os exaltados ou proscritos, para usar a palavra exata, aplicando-a a subversivos do estofado de um Rochefort ou de um Blanqui.

Ensaíara o Manifesto Republicano uma comparação audaciosa entre o fim da Monarquia francesa e a crise do reinado de d. Pedro II, com evidente distorção da realidade, não apenas pela situação diametralmente oposta dos dois monarcas, derrotado, um, vitorioso o outro, mas pela antinomia das condições políticas e sociais de uma adiantada nação burguesa e o Brasil de 1870, dominado por uma oligarquia escravocrata, em estágio cultural e material ainda primário. A Guerra do Paraguai colocara à mostra a inconsistência da arquitetura política do Império, com uma sala de visitas decorada no modelo parlamentarista/liberal a esconder a realidade da cozinha latifundiária/escravista. A guerra contribuía para acelerar o processo de nivelamento entre negros e brancos, escravos e senhores. Os libertos, que vinham sendo incorporados à vida nacional, desde os tempos anteriores à Independência, venceriam, agora, uma nova etapa, dariam um salto maior, passando à condição de soldados, de voluntários da pátria. Nem outro sentido teve a alforria compulsória dos escravos, destinados a servirem no Exército. A ordem do dia do general Osório, em 1866, num dos instantes da campanha militar – “Soldados, é fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente!” – não produziria apenas justa emoção coletiva, irmanando soldados brancos e pretos, que se abraçam, no campo de batalha, a rir e a chorar, esquecidos dos preconceitos de raça e mesmo de classe. Expressando um anseio longamente sentido de grande parte do povo brasileiro, a frase de Osório significava que já não era mais possível voltar atrás.

Como todas as guerras, a do Paraguai não chegaria a sensibilizar a totalidade da população livre. Passado o primeiro momento de indignação contra o apresamento do *Marquês de Olinda*, não conseguirá despertar entusiasmo, dirá o personagem de um conto de Machado de Assis. Não só a ele, capitão-de-voluntários, mas a toda ou quase toda a mocidade do tempo, estudantes, caixeiros, clérigos, burocratas. Nas fazendas, e não nas cidades, é que se recrutava o grosso dos contingentes militares. Pequenos sitiantes, agregados ou recém-libertos das senzalas, mais do que os sinhozinhos das casas-grandes e dos sobrados, formariam entre os heróis da campanha, juntamente com os soldados e marinheiros das tropas regulares, brancos ou mestiços, a maioria pés-rapados, dependentes de uma burguesia incipiente, em contraste com a aristocracia rural na plenitude de sua força. Para a matança, nos pantanais, os grandes proprietários rurais podiam mandar os escravos, libertando-os, em lugar de mandar os filhos.

Além do problema social, a guerra também levantou o problema político. Para dirimir a crise de autoridade, que surgiu do conflito entre o presidente do gabinete liberal, Zacarias de Góis e Vasconcelos, e o comandante-em-chefe das tropas em operações, marquês de Caxias, o imperador havia colocado, espontaneamente, perante o Conselho de Estado, o dilema entre o poder civil e o poder militar, indagando qual seria o mal menor: a demissão do ministério ou a substituição do general. Omitindo-se, d. Pedro II procedeu à troca do partido liberal pelo conservador, dissolvendo a Câmara dos Deputados, sob o protesto dos liberais ortodoxos que viam nisso a quebra do sistema representativo e da monarquia constitucional. A válvula constitucional, que dava ao imperador a faculdade de derrubar os partidos, que se revezavam no comando político, conhecida pelo nome de poder moderador, sofrera, com isso, uma fissura que vai aumentar dali por diante, até se transformar em rachadura irreparável. Com o tempo, a válvula deixará de funcionar de tão gasta. Assim, na segunda metade da guerra, d. Pedro II favorece aos conservadores, o partido de Caxias, significando o Dezesseis de Julho o rompimento da represa, em que se aquietavam as águas das duas facções rivais, caminhando os liberais para o radicalismo político, enquanto os conservadores se preparam para concessões no campo social e mesmo no das idéias, chegando a enfrentar o clero, numa das questões mais apaixonantes do após-guerra, a questão religiosa, suscitada pela intransigência dos bispos brasileiros na aplicação do

Syllabus, em choque com a autoridade civil, propensa a uma interpretação mais liberal, à moda brasileira, do dogma da infalibilidade papal.

Entre os signatários do Manifesto Republicano, encontravam-se liberais como Lafayette Rodrigues Pereira e Cristiano Benedito Ottoni, católicos e regalistas, além de maçons e livre pensadores, como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, que assumirão posição de combate na questão religiosa, motivo por sinal de sério atrito entre os republicanos, logo após a condenação do bispo de Olinda pelo Supremo Tribunal, defendendo Aristides Lobo a aliança com os padres, desde que estes admitissem a liberdade de cultos, a fim de isolar a Monarquia de uma influência sem dúvida poderosa. Aristides, como o seu tio, Silveira Lobo, do radicalismo liberal, superestimava talvez o papel da Igreja Católica, ao passo que Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva caíam no excesso contrário, não dando maior importância a um entendimento entre os republicanos e os padres descontentes. Os maçons, tanto conservadores (visconde do Rio Branco), quanto republicanos (Saldanha Marinho), estavam no leme da luta contra o clero, bastante enfraquecido e desmoralizado, mas que reage de um modo surpreendente depois da prisão dos bispos de Olinda e do Pará. Dois preladados presos, um na fortaleza de São João, outro na ilha das Cobras! Dois mártires! É possível que a razão estivesse mais do lado de Aristides Lobo que de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, na hora em que d. Pedro II, contrariando as suas mais arraigadas convicções e até mesmo o seu temperamento conciliador, exercitou a violência, dando aos bispos que se insurgiam contra o regalismo tratamento bem diverso que ao general que se havia rebelado contra o poder civil. A demissão de Zacarias, em 1868, como a prisão de frei Vital, em 1872, são pressões muito fortes para a válvula enfraquecida do poder moderador.

Às vésperas da Lei do Ventre Livre, os republicanos estavam como que identificados com os conservadores, nos terrenos político e religioso, mas não no social, limitado no Brasil daquele tempo à questão servil. Os conservadores, em apertada maioria, batiam-se pela libertação do ventre escravo, contra a opinião de liberais e republicanos. No mais, estariam todos de acordo, com uma ou outra nuance que pudesse de fato diferenciá-los. Vejamos um exemplo, como que tomando um *flashback* cinematográfico no panorama das idéias da época. A repressão à Comuna de Paris, reaproximando

Thiers e Gambetta, com o restabelecimento da ordem, levaria a Câmara dos Deputados do Império a apoiar por unanimidade a moção de Pereira da Silva, “congratulando-se pela vitória da causa da civilização e da sociedade sobre os hediondos resultados da anarquia e do comunismo na capital da França, que acaba enfim de ser restituída à ordem e à liberdade”. A moção repete, assim, o Manifesto Republicano. É um complemento deste. Há mais ainda. Aos votos do deputado fluminense, junta-se a palavra do representante da Bahia, Oliveira Junqueira, conservadores ambos, mas formando no grupo dos esclarecidos, homens considerados até de idéias avançadas, exigindo do ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, uma declaração no sentido de que o governo brasileiro não receberia como emigrados políticos “os famosos comunistas”, postos fora da lei. Apenas uma voz se levantou contra a moção, a do piauiense Coelho Rodrigues, não a favor dos comunistas, é evidente, mas de protesto contra as nações européias, que tratavam o Brasil com o maior desprezo, assinalando o deputado que somente Portugal se havia lembrado de apresentar congratulações com o nosso governo pelo término da Guerra do Paraguai ⁶.

Não era esta uma Câmara maciçamente conservadora, nem toda de católicos, mas também de maçons e livres-pensadores. Câmara que criticou o comodismo do clero brasileiro, culpando-o pela decadência do ensino, de que se fez porta-voz o baiano Magalhães Taques, no mesmo discurso em que, estribado em Stuart Mill, condena os excessos das “doutrinas extravagantes” de Proudhon, Darwin e Augusto Comte. “Foi Proudhon – diz ele – quem ensinou que Deus era um mal, e a propriedade um roubo. Foram os socialistas, os comunistas e os outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos eram bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas no materialismo essas doutrinas destruíram a base da moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram as atrocidades, entregue que foi a um bando de homens perdidos que em seu delírio desconhecaram Deus, a pátria, a família e a propriedade”. E continuando, no mesmo diapasão, Magalhães Taques lamenta que o ministro do Império tivesse palavras de elogio ao relatório do diretor do Instituto dos Meninos Cegos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, partidário conhecido do “aticismo matemático” de Augusto Comte, “desterrando Deus para a ordem das hipóteses inúteis” ⁷.

A defesa do então major Benjamin Constant é feita em termos calorosos pelo próprio João Alfredo, na sessão seguinte, tendo Benjamin o cuidado de, em carta ao ministro do Império, definir a sua posição filosófica, separando o positivismo comteano das “funestas escolas” que produziram “os horrores da Comuna de Paris” e que fizeram a filosofia alemã “descer bruscamente dos sonhos do mais refinado espiritualismo para chafurdar-se no imenso lodaçal do mais asqueroso materialismo”. O diretor do Instituto dos Meninos Cegos parecia englobar a todos na mesma condenação⁸. Era, pois, uma injustiça, concluía João Alfredo, dizer que Benjamin Constant “se achava imbuído das idéias perigosas da escola filosófica positiva [alemã], e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado”. Num dos tópicos do seu discurso, em resposta à interpelação de Magalhães Taques, asseverou o ministro do Império: “Senhor presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe sectária a comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras. Se ele tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentalmente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exhibir idéias perigosas”⁹.

“Idéias perigosas” que não seriam certamente as de Marx e Engels, autores que Magalhães Taques não cita em seu discurso. Nem Benjamin Constant, na sua resposta, ao falar dos filósofos alemães que desceram ao “imenso lodaçal do mais asqueroso materialismo”. É claro que não se referia nem a um nem a outro. Quando muito poderia ter pensado em Feuerbach, Schopenhauer, Darwin e Haeckel, com os quais não admitia aproximações. Afastava o ideólogo republicano quaisquer hipóteses de identificação com os materialistas alemães, como também com os mestres do socialismo francês, Fourier, Saint-Simon ou Proudhon, criadores de “funestas escolas” que produziram “os horrores da comuna de Paris”. A doutrina comteana nada tinha de subversiva, como está explícito no lema: *ordem e progresso*. Esta seria, de resto, a mesma linha dos positivis-

tas portuguesas, com a cisão imposta por Teófilo Braga, no movimento republicano-socialista, dissentindo da corrente chefiada por Antero de Quental, adepto de Proudhon e entusiasta da comuna. Para os positivistas brasileiros, como para os portugueses, a solução do problema político tinha que vir de cima para baixo, não de baixo para cima. Os intelectuais e os filósofos, aqueles que, em suma, sabiam pensar, mais e melhor que os padres, isto é, os positivistas, ofereciam uma solução científica, a República, em contraposição à solução deísta, a Monarquia. Assim pensava, por exemplo, Benjamin Constant. Mas não a totalidade dos republicanos brasileiros, a maioria dos quais não tinha, nem terá, na verdade, nenhuma ideologia, nem compromisso sectário de ordem religiosa ou filosófica.

Com a mesma bonomia, que aceitara a pregação do positivismo nas escolas superiores, d. Pedro II há de receber o Manifesto Republicano, antes satisfeito que contrariado, quem sabe se com uma certa vanglória de poder ostentar o seu liberalismo. O diálogo que manteve com o visconde de São Vicente, reproduzido no livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, não deixa de abonar essa suposição. O diálogo é o seguinte: disse primeiro o visconde ao imperador: “Senhor, os republicanos publicaram o seu manifesto e uma das medidas que o governo imperial deve adotar, por norma invariável, é de não prover nos empregos públicos quem tem opiniões republicanas. Nem o governo da Inglaterra, com todas as suas garantias de liberdade, admite que sirva em empregos públicos quem tem opiniões republicanas, nem os Estados Unidos, também com suas liberdades, admitiriam que ocupassem empregos públicos quem tivesse opiniões monárquicas”. O imperador redarguiu-lhe: “Senhor São Vicente, o país que se governe como entender e dê razão a quem tiver”. Respondeu então o visconde: “Senhor, Vossa Majestade não tem direito de pensar por este modo. A Monarquia é um dogma da Constituição, que Vossa Majestade jurou manter: ela não está encarnada na pessoa de Vossa Majestade”. Replicou, rindo, o imperador: “Ora, se os brasileiros não me quiserem para seu imperador, irei ser professor”¹⁰.

Professor e não imperador, seria a sua verdadeira vocação. Já se escreveu muito sobre o desencontro, havendo mesmo quem ousasse afirmar que d. Pedro II “era o homem menos talhado deste mundo para o papel de imperador”. Um “monarca à força”, “descontente resignado”, como o chamou o argentino Vicente Quesada. O seu mais

autorizado biógrafo, Heitor Lira, assinala, com ou sem razão, que, “à medida que os anos aumentavam seus encargos de chefe de Estado, essa espécie de tédio que sentia pela função majestática só aumentaria”¹². Por certo, em fins de 1870, quando apareceu o Manifesto Republicano, aos 45 anos de idade, encontrava-se na plenitude de suas energias vitais, exercendo as funções de chefe de Estado com todo o poderio, e até por isso mesmo acusado de exorbitar o poder pessoal. Sem fazer praça de contrariar a interpretação dada por Zacarias ao dispositivo constitucional acerca do poder moderador, consoante a fórmula clássica do parlamentarismo inglês, “o rei reina mas não governa”, a verdade é que o imperador preferia aceitar a interpretação menos teórica e mais eficaz do visconde de Itaboraá, ainda que ao arrepio da letra constitucional: “O rei reina, governa e administra”¹².

É quando o Império entra na fase do apogeu, sob o domínio conservador, consolidado pelo governo do visconde do Rio Branco, que assegurou a primeira grande vitória reformista com a Lei do Ventre Livre. A nação estava ansiosa pelas reformas. E o erro foi talvez não prosseguir. Oposicionista, embora discreto, Nabuco de Araújo apontara precisamente, a protelação indefinida das reformas como a principal falha da política imperial: “o erro das reformas sempre negadas ou sempre tardias”¹³. A impassibilidade do imperador chegou a exasperar um homem como Nabuco de Araújo, que o invectivou da tribuna do Senado: “Monarca dos brasileiros, reconciliai-vos com a democracia, tomai a iniciativa e a frente das reformas liberais, salvai vosso trono e vosso país”¹⁴. Nabuco, o velho, formava entre os raros que sinceramente defendiam a Monarquia e acreditavam na eficácia do parlamentarismo. Talvez por isso mesmo jamais exerceria a presidência do Conselho de Ministros. A política brasileira é cheia desses enigmas inexplicáveis.

As propaladas reformas começariam com a Lei do Ventre Livre, para muitos estigmatizada de *lei cataplasma*. Para os radicais, não passaria de pérfida mistificação. Era este por exemplo o ponto de vista de Zacarias, imune ao escravismo, e que foi no Senado o maior adversário do projeto, por julgá-lo “uma solução falha e simplesmente protelatória”. Na verdade, os nascituros continuariam escravos até completarem 21 anos, e só então é que se desprenderiam da tutela dos senhores. E até lá, com o título de libertos, teriam a obrigação de prestar serviços, ratificando assim a lei a permanência da

escravidão ainda por duas gerações ¹⁵. Teixeira Mendes, apóstolo do positivismo, chegou a afirmar que a Lei do Ventre Livre apresentou-se aos abolicionistas como uma “mistificação” e aos senhores de escravos como uma “traição” ¹⁶. O mesmo se dirá, com razão, da etapa seguinte emancipacionista, quatorze anos depois, quando se tratou de libertar os escravos maiores de 60 anos, espécie de aposentadoria compulsória, dilatando-se depois a idade limite para 65 anos. A lei Rio Branco libertou os nascituros e a lei Saraiva os *morituros*, escreverá com ironia retrospectiva Oliveira Viana num dos seus ensaios ¹⁷. Ambas as leis eram inoperantes.

D. Pedro II conhecia bem o Brasil e os brasileiros, sobretudo os políticos, para estabelecer com tolerância e bonomia o necessário equilíbrio entre os vários grupos e facções, amortecendo os choques dos interesses contrariados. A política se exercita sobre a realidade social e não sobre abstrações. D. Pedro soube exercitá-la, quase sempre, com paciência e perseverança, ao sabor de um espírito pragmático e bonacheirão, que o aproxima como personalidade mais do avô que do pai. Os primeiros assomos da adolescência foram pouco a pouco desaparecendo. Cresceu-lhe a barba, que depressa encaneceu. E chegou à máxima condescendência na idade prolecta. Não seria nunca um velho ranzinza. Tinha lá suas impertinências e teimosias. Mas sempre foi honesto para consigo mesmo. Sempre procurou ser justo. No plano das idéias, era bem um homem do seu país e do seu tempo. E assim deve ser compreendido, dentro do seu meio, com suas deficiências e limitações. Tudo o mais é relativo. Positivismo, evolucionismo, ecletismo, diletantismo e, em muitos casos, ausência completa de idéias, por deficiência ou falta de formação cultural, agindo sobre todo esse complexo um nem sempre confessado sentimento de vergonha, que os fazia, aos nossos políticos, procurar esquecer, disfarçar, numa palavra, fugir, da monstruosa realidade social, em que se alicerçava a política brasileira: o escravismo. Os melhores homens do Império, e entre eles d. Pedro II, não conseguiriam, na verdade, apagar essa nódoa, a mancha terrível que maculou o nosso parlamentarismo monárquico.

No Brasil não há pressa, ditado que vem da Monarquia, ou melhor, do Segundo Reinado, que pouco cuidou do desenvolvimento material do país. Mas esta será talvez uma das imagens que a perspectiva histórica nos oferece de d. Pedro II, como tantas outras imagens no decorrer desta palestra, pedaços de imagem, não a imagem verda-

deira, sem deformações, tal como acontece com a imagem contemporânea do “deixa ficar” da era getuliana. Pedacos da imagem que dão afinal a sensação da “presença de uma realidade formidável”, a mesma sensação que emocionaria o republicano Raul Pompéia, ao descrever a partida do imperador para o exílio, no Largo do Paço, na calada da noite, como que transfigurado em “imenso ermo ocupado pela vontade poderosa da revolução”¹⁸. Como homem e como político, d. Pedro II cometeu erros, muitos até, esteve muito aquém da perfeição, mas o que ninguém lhe tira é a veneração póstuma quase unânime, do povo brasileiro.

Em conclusão, o imperador não era somente um regalista como bem o demonstrou na questão religiosa, quando os bispos ousaram contestar a sua autoridade, como era também um realista, no sentido comum e exato da palavra, tal o comportamento que teve no dissídio suscitado entre Zacarias, na presidência do Conselho de Ministros, e Caxias, no comando-em-chefe das tropas brasileiras em operações no Paraguai. O seu propalado espírito abolicionista compadecia-se muitas vezes de certa dubiedade, tinha dois pesos e duas medidas, talvez pela dificuldade que sempre encontrou ao enfrentar o problema. Protelou-o sempre, quanto pôde. Não apenas na questão do tráfico, sem aplicar a proibição decretada por Feijó em 1831, como nos projetos emancipacionistas, entregues ao futuro marquês de São Vicente, que datam de 1866. O primeiro gabinete declaradamente emancipacionista seria o que presidiu o próprio São Vicente, dir-se-ia que para executar os próprios projetos, mas cujo ministro da Justiça era o barão das Três Barras (depois visconde de Jaguari), grande fazendeiro e proprietário de escravos, com topete para desautorar o próprio presidente do Conselho de Ministros quando no Senado expôs o seu programa de governo.

O imperador bem que tinha a consciência pesada: sabia que era não o monarca constitucional à frente de uma nação livre mas sim o chefe de uma “oligarquia escravocrata”, na frase cruel mas verdadeira de Teixeira Mendes. Daí a ambivalência de muitas das suas posições, violentando o seu espírito sinceramente liberal e até abrandando, quanto possível, o seu regalismo voltairiano, cético talvez, mas sempre disposto a conciliar, desde que dele partisse a iniciativa da conciliação. Mesmo dentro de todas as limitações, nenhum outro chefe de Estado, monárquico ou republicano, exerceu o poder com maior dignidade ou mais sabedoria. A sua superioridade está

explícita na reprimenda que passou no ministro da Justiça, Ferreira Viana, por ter aliciado capoeiras para impedir uma conferência de Silva Jardim, provocando o conflito que abalaria a Corte em dezembro de 1888. Atitude que Rebouças sintetizou no lema que bem define a permanente disposição de d. Pedro II: “Não matar e deixar discutir”¹⁹.

O fim do reinado coincide com o início da senectude, a decrepitude da Monarquia com a decadência biológica do imperador. Já não possuía mais condições físicas nem intelectuais para a grande luta de assegurar a sobrevivência da Monarquia, que ele e mais ninguém poderia representar. Era um homem envelhecido antes do tempo. E começara a “desimperializar-se”, na expressão tão pitoresca e tão exata de Eça de Queirós, na bela página que dedicou ao nosso equívoco republicano. “Nada separava a República da Monarquia, a não ser o imperador – escreveu o mestre da prosa portuguesa, acentuando – e o imperador se tinha a tal ponto desimperializado, que entre a Monarquia e a República não havia realmente senão um fio – tão gasto, tão frouxo que, para o cortar dum golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca”²⁰.

Notas

1. A leitura do livro de Joaquim Nabuco é sempre perigosa, tal a sedução do seu estilo apolíneo. Escrito com o objetivo de mostrar a superioridade do regime monárquico sobre o republicano, o grande escritor fez uma estátua de mármore para cada estadista do Império, e não apenas para o pai, Nabuco de Araújo, por sinal um dos raros políticos que sinceramente se batiam pela prática da monarquia representativa. A “estátua” de d. Pedro II é de todas a mais burilada e está longe de ser o verdadeiro retrato do imperador.
2. *Diário e notas autobiográficas*, 330.
3. Heitor Lira, *História da queda do Império*, I, 282. A propósito do republicanismo do imperador, ver sobretudo os capítulos: “Monarca à força”, I, 314-321, e “A tolerância do imperador”, I, 322-327.
4. *Um estadista do Império*, II, 121.
5. Oliveira Viana, *O ocaso do Império*, 3ª ed., 78.
6. Sessão de 20/06/1871.
7. Sessão de 08/07/1871. Magalhães Taques foi ministro do Exterior no gabinete presidido pelo marquês de Caxias (1861), sendo o autor da nota sobre a neutralidade brasileira na Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, que mereceu louvores de Eduardo Prado no seu famoso livro *A ilusão americana*.
8. A carta de Benjamin Constant é transcrita por R. Teixeira Mendes no *Esboço biográfico de Benjamin Constant*, II, 171-185.

9. Ivan Lins vê, nessa passagem, a primeira alusão feita no Brasil ao marxismo. As palavras de João Alfredo vão reproduzidas, conforme a citação do autor da *História do Positivismo do Brasil*, 39-40.
10. Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 125 (nota).
11. Heitor Lira, *ob. cit.*, I, 319.
12. Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, 16. Iria longe na controvérsia sobre a personalidade do imperador. Em trabalho de mocidade, Gilberto Freyre entende que d. Pedro II “governou sem reinar”. Desligado da realidade, desdenhando a Coroa (“o imperador com vergonha do papo de tucano”) e todo voltado para a Europa (“a governar o Brasil com cartola burguesa”). Em suma, um retrato nada favorável, e sim muito próximo daquele que os caricaturistas procuravam ridicularizar o “Pedro Banana”. Cf. “A propósito de d. Pedro II”, in *Perfil de Euclides e outros perfis*. Nas pegadas do mestre pernambucano, Luís Martins compôs um interessante estudo sobre d. Pedro II, *O patriarca e o bacharel*, à luz da psicanálise. Para ele, o imperador criou a imagem do pai dos brasileiros. D. Pedro II, assinala ainda o autor, recebeu ataques mais ferozes de monarquistas que dos republicanos. E conseguiu reunir, depois da sua morte, uma plêiade de saudosistas, a começar por Eduardo Prado.
13. Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 441 (nota P).
14. *Idem, idem, idem*, 112.
15. José Maria dos Santos, *A política geral do Brasil*, 129. Foi o segundo gabinete Zacarias que deu início ao debate sobre os projetos emancipacionistas de São Vicente. Pela lei Rio Branco, o proprietário poderia conservar o ingênuo em seu poder até a idade de 21 anos ou entregá-lo ao Estado quando completasse oito anos, mediante uma indenização de 600\$. Essa promessa, jamais cumprida, fizera “adormecer a escravidão”, no parecer de Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 161.
16. R. Teixeira Mendes, *ob. cit.*, I, 174.
17. Oliveira Viana, *ob. cit.*, 66.
18. “Uma noite histórica”, página antológica, transcrita por Ledo Ivo em seu livro, *O universo poético de Raul Pompéia*, 172-178.
19. André Rebouças, *ob. cit.*, 323.
20. *Apud* Heitor Lira, *ob. cit.*, I, 309.